

Rio de Janeiro, 13 de Maio de 2024.

Nome da manifestante: Letícia Santos Macedo

**EMENTA: SOLICITA, VIA LEI DE ACESSO À
INFORMAÇÃO, A RELAÇÃO: FUNCIONÁRIO/ CARGO/
TIPO DE VÍNCULO (EFETIVO E COMISSIONADO) DO
MUNICÍPIO DE IGUABA GRANDE - RJ. PEDIDO
INDEFERIDO.**

Prezada Sra. Letícia Santos Macedo,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir transcrito:

“Prezada (o),

Gostaria de solicitar via lei de acesso à informação, a relação: funcionário/ cargo/ tipo de vínculo (efetivo e comissionado) do Município de Iguaba Grande - RJ. Tentei acesso pelo portal da transparência da prefeitura de Iguaba, porém o site está em branco. Em outros estados, como na Paraíba, essa informação consta no SAGRES do estado. Porém, ao buscar no site TCE do Rio de Janeiro não encontrei a informação.

Segue o link do SAGRES da Paraíba para conferência:

<https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#/municipal/pessoal/servidores>

Att

Letícia Santos Macedo.”

Submetido o pedido de acesso à informação ao setor especializado, em obediência ao disposto no artigo 12, da Resolução 275/13, foi apresentada a seguinte resposta:

“Trata-se de pedido de acesso à informação junto à Presidência do TCE-RJ, com fundamento na Lei Federal nº 12.527/11, requerido pelo Sra. Letícia Santos Macedo, CPF nº 144.876.507-20, por intermédio do sistema informatizado da Ouvidoria (SisOuv).

A requerente solicita a relação de funcionário/cargo/tipo de vínculo (efetivo e comissionado) do Município de Iguaba Grande. Ademais, noticia que as informações requeridas não estão disponibilizadas no portal de transparência daquele órgão.

Antes de adentrar ao cerne da questão, faz-se mister ressaltar que consta no Processo nº 001.321-1/23 pedido semelhante que tramitou nesta Corte de Contas, sendo que obteve a sugestão de não-fornecimento dos dados da folha de pagamento por parte desta Especializada e, em sede de Recurso de Reconsideração (Processo TCE/RJ nº 211.242-7/2023), houve Decisão Definitiva na Sessão Plenária de 12/04/2023, nos termos do voto da lavra do Conselheiro Márcio Pacheco, de ratificação de negativa de fornecimento de folha de pagamento, conforme se pode verificar na transcrição a seguir.

VOTO:

*I - Pelo **CONHECIMENTO** do Recurso interposto pelo Sr. Douglas de Souza Gomes, por estarem presentes seus pressupostos de admissibilidade;*

*II – No mérito, pelo **DESPROVIMENTO** do Recurso interposto;*

*III – Diante dos fatos narrados na solicitação, determino a **INSTAURAÇÃO DE AUDITORIA EXTRAORDINÁRIA**, pela Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE, nos termos do art. 49 do RITCERJ, para apurar os fatos narrados nestes autos, notadamente, sob o cumprimento da Lei de Acesso à Informação;*

*IV – Pela **COMUNICAÇÃO** ao Recorrente, para ciência desta decisão;*

*V – Pelo posterior **ARQUIVAMENTO** dos autos.*

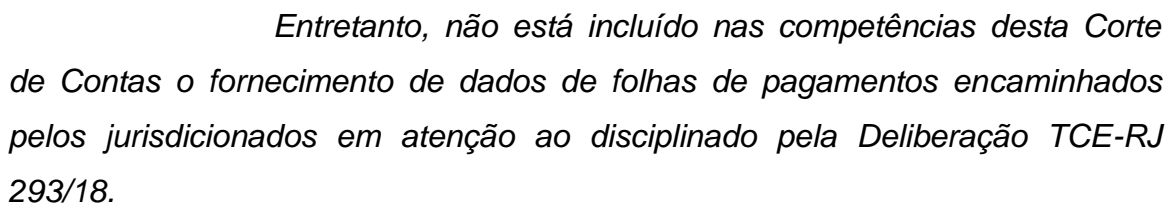
Análise

Inicialmente, é importante ressaltar que, de acordo com informações fornecidas pela GAP em 03.05.24, além da solicitação mencionada anteriormente, a requerente também apresentou um formulário contendo questionamentos a serem respondidos. No entanto, ao analisar os documentos do processo, não foi possível localizar o referido formulário, tornando-o indisponível para análise por esta instância instrutiva.

Superado esse ponto e analisando o pedido realizado, em que pese a requerente tenha afirmado não ter conseguido acesso aos dados solicitados no portal da transparência, verificando o sítio eletrônico do órgão¹, foi sim possível extrair as informações solicitadas, conforme imagem abaixo:

¹https://iguaba.supernova.com.br:8443/contaspublicas/pages/relacao_funcionarios.xhtml?faces-redirect=true

²<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNDdhOTMxNTYtYjYyZmMC00YWI5LTlmY2MtZGVkNWFiYzU3MzM3IiwidCI6IjYyYmJlYmU0LTc2MzatNDYxYjY0ZjhiLTE2MmVkZGMzZDBINCj9>



*Ressalta-se que a Deliberação TCE-RJ 293/2018 dispõe sobre o envio, em meio eletrônico, de **dados** relativos à folha de pagamento de pessoal pelos órgãos jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de possibilitar maior eficiência e efetividade aos trabalhos de auditoria a cargo da Subsecretaria de Controle de Pessoal.*

Portanto, aclara-se que o Tribunal não possui a custódia da informação, em suma, somente gerencia um sistema de banco de dados relacionados, no qual se espera, por força de ato normativo, que seja populado de maneira correta por todos os órgãos jurisdicionados desta Corte. Registra-se que a custódia da informação é de total responsabilidade da sua origem, como preconizado na Deliberação.

Assim, em que pese tal medida perene da Casa ao disponibilizar ao público externo alguns dados de seus jurisdicionados, visando aumentar a transparência, entende-se que caberia ao solicitante dirigir-se ao órgão de origem na busca pela informação desejada, em face do aprimoramento do portal de transparência, requisitando a complementação dos dados.

Nesse panorama, acredita-se ser inviável fornecer um dado que não esteja sob custódia desta Corte e não possua o requisito inequívoco de integridade.

Ademais, gerenciar um Sistema de Banco de Dados (SBD) não significa deter informação. Consoante o art. 4º, I, da Lei de Acesso à Informação (LAI), informação trata-se de dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

No intuito de produzir informações com os dados disponíveis no Portal BI, esta Coordenadoria processa os dados que estão a sua disposição, a fim de imprimir-lhes algum significado e compreensão, e torná-los utilizáveis para os processos de escolha de objetos de auditorias e para a própria execução de auditorias governamentais.

Então, pondera-se que esta Corte, a título de garantia de acesso à informação fidedigna, não pode figurar como intermediário de informações sobre dados de folhas de pagamentos encaminhadas em atenção à Deliberação TCE-RJ 293/2018, por absoluta ausência de competência institucional.

Além disso, relevante apontar que o atendimento de pleito dessa natureza pode gerar um impacto sobre o exercício das funções rotineiras e a capacidade operacional da Subsecretaria de Controle de Pessoal e de suas

Especializadas, porquanto teriam que tratar pedido a pedido, extraíndo dados do Portal BI e aplicando técnicas de mineração de dados para atender cada solicitação individualmente, sem possuir os conhecimentos intrínsecos para tal, em afronta ao que estabelece o art. 11, III, da Resolução TCE-RJ 275/13:

Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que:

*III - exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados **que não sejam de competência do órgão ou entidade;***

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados. (grifo nosso)

Dessa forma, pauta-se que a interpretação, consolidação e tratamento dos dados não é de competência desta Corte, que o faz somente dentro dos critérios estabelecidos pela Resolução nº 422, de 15 de março de 2023, a qual regulamenta as atividades de planejamento tático e operacional no âmbito da Secretaria Geral de Controle Externo, no estrito cumprimento dos seus objetivos institucionais.

Conclui-se, nesse contexto, que o Tribunal não pode figurar no polo passivo da demanda por não deter a custódia, tampouco todas as fundamentações e explicações sobre especificação dos dados, figurando meramente como um administrador de um banco de dados. Reforça-se que a única fonte de busca da informação é o próprio órgão detentor do domínio e

responsabilidade sobre a produção e conhecimento da informação, ou seja, sua custódia plena, nos termos que dispõe a LAI.

Do exposto, entende-se que a presente demanda não deva ser atendida, sendo indicado o portal da transparência do Município de Iguaba Grande³, no qual a própria requerente poderá realizar as pesquisas e encontrar as informações requeridas, selecionando a aba “Servidores”, - Relação de Servidores.

Indica-se também o portal do TCE-RJ⁴, no qual se disponibilizam algumas informações solicitadas.”

Por oportuno, importa-se informar à requerente que, com exceção dos processos sigilosos, é possível acompanhar as tramitações e obter cópia dos pareceres, decisões e imagens digitais dos processos deste Tribunal, após decisão do Corpo Deliberativo, no endereço eletrônico desta Corte.

Informamos que pedido de acesso à informação, elogios, dúvidas e reclamações devem ser encaminhadas **PREFERENCIALMENTE NA PÁGINA DA OUVIDORIA DO TCE-RJ**, por meio do formulário a ser preenchido, através do seguinte link: <https://tcerj.ond.com.br/ouvidoria/externo/cadastro.do>

Tratando-se de Pedido de acesso à informação dentro do formulário selecione o **CANAL** “Lei de Acesso à Informação”. Além disso, havendo o indeferimento do pedido, haverá a possibilidade de recurso nos termos do artigo 13, da Resolução nº 275/13.

³https://iguaba.supernova.com.br:8443/contaspublicas/pages/relacao_funcionarios.xhtml?faces-redirect=true

⁴<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNDdhOTMxNTYtYWYzMC00YWl5LTlmY2MtZGVkNWFiYzU3MzM3liwidCI6IjYmJlYmU0LTc2MzgtNDYxYi05ZjhjLTE2MmVkZGMzZDBINCj9>

Por fim, sugerimos que seja consultada a página da Ouvidoria do TCE-RJ na internet, objetivando acessar os livros digitais e Guia da Ouvidoria, para que se possa conhecer melhor o assunto.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro agradece o seu contato.

Atenciosamente,
Ouvidoria do TCE-RJ